

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.210 - PR (2019/0326315-5)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **VALDEVINO ANACLETO DE ARAUJO**
ADVOGADO : **SEBASTIÃO CANEDO GOMES FILHO - PR052617**
RECORRIDO : **FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI**
ADVOGADOS : **MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529**
ALFREDO BOCHI BRUM E OUTRO(S) - RS038677
JULIANO LOPES BOCHI BRUM - RS079903
AUGUSTO BECKER - RS093239
RECORRIDO : **ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADOR : **ROBERTO BENGHI DEL CLARO E OUTRO(S) - PR031448**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Valdevino Anacleto de Araujo**, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1.206):

ADMINISTRATIVO E CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. VIZIVALI. RECUSA DE REGISTRO DE DIPLOMA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO.

1. O termo inicial da prescrição resta fixado na data de publicação da decisão homologatória do Parecer CNE/CES n.º 139/2007 no Diário Oficial da União, ou seja, 27/08/2007, por ser o ato oficial que declarou a existência de irregularidades no Programa Especial de Capacitação para a Docência oferecido pela Faculdade VIZIVALI e a invalidade dos diplomas/certificados expedidos pela aludida instituição de ensino superior.

2- Configurou-se a prescrição, uma vez que a ação foi ajuizada em 15/04/2013.

A parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 27 do Código de Defesa do Consumidor; 189 do Código Civil; e 1º do Decreto 20.910/1932. Sustenta, em resumo, a não ocorrência da prescrição, devendo ser adotada a teoria da *actio nata*. Aduz que o termo inicial do prazo prescricional é a data em que foi negado o registro do diploma de curso superior.

Superior Tribunal de Justiça

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Sobre a questão trazida à discussão, extrai-se do acórdão vergastado que o marco inicial para a contagem do prazo prescricional foi considerado na data de publicação do Parecer CNE/CES nº 139/2007, qual seja, 27/8/2007, por ser esse o ato oficial que declarou a existência de irregularidades no programa de capacitação oferecido pela Faculdade VIZIVALI e, como a ação foi proposta em 15/4/2013, a Corte de origem concluiu que ocorreu a prescrição da pretensão autoral, nos seguintes termos (fls. 1.210):

O termo inicial da prescrição resta fixado na data de publicação da decisão homologatória do Parecer CNE/CES n.º 139/2007 no Diário Oficial da União, ou seja, 27/08/2007, por ser o ato oficial que declarou a existência de irregularidades no Programa Especial de Capacitação para a Docência oferecido pela Faculdade VIZIVALI e a invalidade dos diplomas/certificados expedidos pela aludida instituição de ensino superior. Com efeito, antes disso, não se pode afirmar a ciência inequívoca, pela parte autora, da violação de seu direito ao registro de seu diploma/certificado, devendo também tal data ser considerada como a da efetiva lesão ao direito.

No caso, a ação foi ajuizada em 15/04/2013. Configurou-se, portanto, a prescrição.

Entretanto, verifica-se que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a qual se firmou no sentido de que o referido marco inicial da prescrição ocorre na data do nascimento da pretensão autoral, ou seja, no momento em que ocorre a lesão ao direito tutelado.

Nesse sentido, vejam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. ACTIO NATA. DATA DO FATO E EXTENSÃO DE SUAS CONSEQUÊNCIAS. CIÊNCIA DA NEGATIVA DE EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

Superior Tribunal de Justiça

DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual "o curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata" (v.g. REsp n. 1.257.387/RS, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 17.09.2013).

III - A pretensão surge a partir da ciência da recorrente da negativa de expedição do diploma e não com a publicação do Parecer CNE/CES 139/2007, como já reconheceu o Superior Tribunal de Justiça ao analisar esta mesma questão. Recurso Especial provido, para determinar que o Tribunal de origem analise novamente a prescrição, tendo como termo inicial a data em que a recorrente teve ciência da impossibilidade da expedição do diploma.

IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.681.411/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 15/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DO ESTADO DO PARANÁ. IRREGULARIDADES CONSTATADAS. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS E OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL NA DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA VIOLAÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO E DA EXTENSÃO DE SUAS CONSEQUÊNCIAS.

1. Cuida-se, na origem, de ação de obrigação de fazer combinada com indenização por danos morais e materiais ajuizada por professores que se sentiram lesados por

Superior Tribunal de Justiça

irregularidades em programa de capacitação promovido pelo Estado do Paraná, com o apoio da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

2. A controvérsia consiste em definir a data da ciência inequívoca da lesão do direito pelo seu titular para fins de contagem do prazo prescricional.

3. Em relação ao termo inicial da prescrição, deve ser observada, in casu, a teoria da actio nata, em sua feição subjetiva, pela qual o prazo prescricional deve ter início a partir do conhecimento da violação ou da lesão ao direito subjetivo.

4. Para tanto, necessário analisar as peculiaridades do caso concreto, identificando quatro aspectos: (i) qual o direito subjetivo em discussão; (ii) qual o momento em que foi violado; (iii) quando o titular teve ciência inequívoca acerca de sua existência e da extensão de suas consequências; e (iv) qual o prazo prescricional a ser observado.

5. Em relação ao direito subjetivo em discussão, a matéria jurídica de fundo na demanda proposta na origem diz respeito à reparação da lesão decorrente do insucesso do Programa de Capacitação de Docentes em nível superior ministrado pela Faculdade Vizivali, mediante convênio firmado com o Estado do Paraná.

6. Em relação ao momento de violação do direito subjetivo, entende-se que ocorre quando as partes agravadas souberam que não teriam acesso ao diploma do curso que realizaram.

7. O acórdão proferido pelo Tribunal a quo reconheceu a prescrição, sob o fundamento de que, com a publicação no Diário Oficial da União do Parecer CNE/CES 139/2007, que concluiu ter havido irregularidades no programa, houve ciência inequívoca do ato que gerou lesão ao direito dos agravados.

8. Todavia, o mencionado ato não deve ser considerado como termo inicial do prazo prescricional, já que não é razoável entender que a publicação de um parecer de autoria do Poder Executivo Federal, que sequer foi solicitado pelos professores que se submeteram ao curso, configura ciência inequívoca da lesão ao direito.

9. Em caso análogo, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que "a nomeação em concurso público após considerável lapso temporal da homologação do resultado final, sem a notificação pessoal do interessado, viola o princípio da publicidade e da razoabilidade, não sendo suficiente a convocação para a fase posterior do certame por meio do Diário Oficial" (AgRg no AREsp 345.191/PI, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 18/9/2013).

Superior Tribunal de Justiça

10. A mesma solução deve ser observada na questão em exame, levando-se em consideração a regra hermenêutica segundo a qual: "onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir" (*ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio*).

11. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.479.738/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 19/12/2017)

Nesses termos, deve ser considerado como marco inicial da prescrição o momento em que foi negado o direito da autora, ou seja, a data em que teve ciência da negativa de expedição do seu diploma, após a conclusão do curso.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que, considerando como marco inicial da prescrição a data em que foi negado o direito da autora, prossiga no julgamento do feito como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator